

A real emancipação das mulheres e os dilemas com as organizações da classe trabalhadora: reflexões programáticas e conjunturais da IV Internacional

Carla Benitez Martins ¹

*“Não me quero defender e não quero ser defendida, pertenço totalmente à revolução social e declaro-me responsável pelos meus atos (...). Se for necessário excluir-me da sociedade, estais encarregado de fazê-lo! A acusação tem razão. Parece que todo o coração que bate pela liberdade só tem direito a um pedaço de chumbo, pois então, reclamo a minha parte!”
Louise Michel*

Resumo: O artigo pretende propor leituras críticas das principais resoluções da IV Internacional acerca da luta pela libertação das mulheres. Pautando-se na necessidade de uma leitura interseccional que articule classe, gênero e raça, Inicia sua proposição a partir de uma breve retomada histórica da luta auto-organizada das mulheres na sociedade capitalista, e pautando-se fundamentalmente na leitura de Cinzia Arruzza – principal expoente contemporânea da discussão e prática feministas a reivindicar a tradição –, o texto incide em experiências de conquistas e retrocessos do movimento de mulheres (a exemplo da Revolução Russa - e sua degeneração burocrática - e os ascensos feministas verificados no último período), a fim de desembocar nas sínteses fundamentais traçadas pela em resoluções do Comitê Internacional da organização. Diante de tais textos, propôs-se uma leitura estrutural e conjuntural, sinalizando seus principais indicativos táticos e estratégicos, preocupando-se em incidir sobre alguns temas pontuais – como, por exemplo, a concepção de “terceiro mundo” e a abordagem da libertação das mulheres desde um referencial de raça – para indicar os limites e potencialidades das proposições inscritas nos referidos documentos.

Palavras-chave: Libertação; Mulheres; IV Internacional; Auto-organização; Estratégia.

Abstract: The article intends a critical reading of the main resolutions of the Fourth International (FI) on the fight for the women’s liberation. Drawing on an intersectional reading that articulates class, gender and race, it begins with a brief historical retake of the women

¹ Professora no curso de Direito da Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, Secretária Nacional do IPDMS (Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais), militante socialista, organizada na Insurgência, corrente interna do PSOL.

self-organized struggle in capitalist society, and takes fundamentally the readings of Cinzia Arruzza – most important contemporary exponent of the feminist discussion and practice that claims the FI tradition -, the text focuses on experiences of conquest and setbacks of the women's movement (as in the case of the Russian Revolution - and its bureaucratic degeneration - and the feminist insurrections in the last period) in order to end up in the fundamental syntheses traced by in International Committee's resolutions. In the light of these texts, a structural and conjunctural reading was proposed, signaling its main tactical and strategic indications, focusing on some specific themes - such as the concept of the "third world" and the women's liberation struggle from a race benchmark - to indicate the limits and potentialities of the propositions inscribed in that documents.

Keywords: Liberation; Women; IV International; Self-organization; Strategy

1. Introdução: a luta das mulheres pode caminhar pareada à luta da classe em geral?

Tratar da imprescindibilidade do combate teórico e político, de um lado, do dogmatismo marxista e, de outro, da fragmentação reivindicativa para tratar da co-determinação das relações sociais de gênero, classe, raça e sexualidade não é tarefa a se desenvolver em terreno sólido e pacífico, nem ontem nem hoje.

Se, por um lado, o princípio dessa inquietação analítica surge, com força, nos anos 60 e 70, especialmente com o feminismo negro e depois fortalecido com as reivindicações e reflexões de mulheres lésbicas e bissexuais, a partir da desconstrução da ideia de mulher universal (que se traduzia como mulher branca, heterossexual e, provavelmente, de origem social mais privilegiada) e a construção da ideia de intersecções de diferentes formas de opressões e de exploração, por outro, parte significativa do movimento de organização da classe trabalhadora questiona a centralidade da classe sobre o gênero e a noção hierárquica e determinista da superação da exploração do trabalho como suficiente para superação das desigualdades de gênero.

Parece-nos um desafio estar entre esses pólos e apontar formulações capazes de conjugar a importância de um feminismo situado na luta de classes e de uma organização de trabalhadoras e trabalhadores que se comprometa a ser profundamente anti-patriarcal, apreendendo os fenômenos sociais de maneira móvel, contraditória e ambivalente.

Longe de pretender um resgate histórico da luta das mulheres e da possibilidade de apreender todas suas vertentes, iremos traçar os principais impactos de formulações e práticas a apontar aproximações e distâncias (por vezes, rupturas) entre o sentido das lutas das mulheres e a luta da classe trabalhadora como um todo para a supressão do sociometabolismo burguês. Neste recorte, nosso principal

objetivo é constatar onde se situaram as formulações e posições da IV Internacional sobre a temática, bem como qual a sua importância ontem e hoje para a radicalização e êxito de um projeto societário de outra qualidade.

As mulheres burguesas e as trabalhadoras apresentaram algumas uniões e muitas distâncias ao longo de suas mobilizações históricas. A questão também se deu, em proporções diferentes, entre brancas e negras, com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Uma condição comum e muitas diferenças.

O emergente feminismo liberal ou burguês girava, habitualmente, em torno de dois eixos principais: a existência de acesso à educação e à cultura, que se fazia acompanhar por vezes de reivindicações relativas à possibilidade de afirmação profissional das mulheres e à reivindicação dos direitos civis e políticos, em primeiro lugar o direito à propriedade e à herança, ao divórcio e ao voto. Frequentemente, estas exigências não se relacionavam com as reivindicações de justiça social e, além disso, as mulheres da burguesia mostravam uma incapacidade de compreensão da condição peculiar e das necessidades específicas das mulheres trabalhadoras (ARRUZZA, 2010, p.29).

Em cada lugar do globo, em cada contexto conjuntural, uma possibilidade maior ou menor de diálogo.

Com o processo de modernização econômica, as mulheres trabalhadoras foram participando mais nas organizações da classe trabalhadora e os dilemas se multiplicando: o feminismo pautado no plano individual não era suficiente e, ao mesmo tempo, os desafios de compor organizações mistas eram transbordantes.

Uma primeira batalha histórica a apontar sinais reluzentes do caminho. Foram dois meses da Comuna de Paris a demonstrar que o tensionamento material era capaz de provocar rupturas significativas. A experiência da União das Mulheres para a Defesa de Paris e Tratamento dos Feridos, uma organização que “foi fundada inicialmente para desenvolver tarefas de assistência, mas rapidamente começou a atuar muito além desses limites. No seu seio, tiveram um papel determinante as mulheres que aderiram à Primeira Internacional” (ARRUZZA, 2010, p.33), somada a iniciativas como escola feminina e profissional para o acesso das mulheres à formação, abertura de creches próximas às indústrias, locais de trabalhos que contratavam exclusivamente mulheres, discussões sobre igualdade salarial e comitês de vigilância feminina nos bairros. A construção de poder popular chacoalhava progressivamente as instituições sociais a hierarquizar gêneros e oprimir mulheres. Um classicídio posterior acontece, mas uma importante lição histórica da dialética entre essas dimensões da luta por outra sociedade permanece.

Desde então, o que poderíamos chamar de primeira etapa da auto-organização das mulheres trabalhadoras conta com importantes momentos, como a 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1907 e, em 1910, a 2ª Conferência, em paralelo ao VII Congresso da Internacional Socialista, onde se define o dia Internacional da Mulher, ainda sem dia fixo. Adiante, foi no 27 de fevereiro de 1917, 08 de Março para os demais calendários, que as mulheres russas saem às ruas por pão e por paz, puxando toda a classe para um processo revolucionário. A luz se torna ainda mais forte para a percepção da dialética entre essas lutas, conforme adiante trataremos.

Neste sentido, diante da ideia de co-determinações e reproduções, como se um nó se formara, “nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias” (KERGOAT, 2010, p.99) entre as relações sociais de gênero, classe e raça. Por exemplo, são inúmeras as investigações que demonstram como as relações de gênero permitem que a exploração econômica se intensifique, ou seja, “o sistema de gênero gera um tipo de exploração suplementar”, assim como relações de trabalho que reforçam e reproduzem o racismo. Isso significaria afirmar que não há condições de se separar integralmente o que é econômico e o que é cultural, o que é produção e o que é reprodução:

Essa análise vai contra a ideia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica. Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e inter sistêmica (KERGOAT, 2010, p.100).

Portanto, denota-se que nessas relações de gênero, classe, raça e sexualidade entrecruzam-se exploração, dominação e opressão e elas são estruturantes do sociometabolismo do capital. Disto para um programa político que potencialize as possibilidades de ruptura destas dimensões igualmente estruturantes da ordem do capital significa um caminho de diferenças de concepções e práticas.

2. A Revolução Russa como emblema dos dilemas organizativos da classe desde uma perspectiva radicalmente humanizadora

A ordem sociometabólica do capital pressupõe forma de controle discriminatória e hierárquica, tendo como sua base fundante e essencial a divisão hierárquica do trabalho, considerando que a família nuclear é central como reprodutora dos valores do sistema e multiplicadora de potenciais consumidores. Também por esse motivo, falar de emancipação das mulheres é falar de outro tipo de relação familiar, que envolve a destruição do trabalho doméstico primordialmente feminino.

Esta constatação teórica pode ser colocada à prova a partir das vivências concretas das mulheres russas durante o processo revolucionário. Wendy Goldman nos fornece um precioso relato e análise da condição russa pré-revolucionária e dos desafios concretos da transição.

Um rápido olhar pelas janelas imundas de qualquer dormitório de fábrica na Rússia do século XIX proporcionava amplo apoio para esse ponto de vista. As mulheres haviam ingressado na força de trabalho, mas ainda eram responsáveis por criar os filhos, cozinhar, limpar, costurar, remendar – o trabalho penoso e mecânico essencial para a família. As responsabilidades domésticas das mulheres impediam-nas de ingressar nos domínios públicos do trabalho, da política e de empreitadas criativas em pé de igualdade com os homens. O capitalismo, de acordo com os bolcheviques, jamais seria capaz de fornecer uma solução sistemática para a dupla carga que as mulheres carregavam (GOLDMAN, 2014, p.26)

A reflexão de que apenas o socialismo pode resolver o dilema da mulher e do mundo do trabalho, a partir de uma ressignificação da concepção de família, foi debatida e realizada neste período histórico aqui estudado.

Mesmo às vésperas do processo revolucionário, calorosos debates ocorriam entre os socialistas acerca da necessidade de mudança profunda da noção de família. Em um sentido diferente do debate hoje presente acerca do trabalho doméstico, a reflexão não se dava desde os parâmetros da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres componentes da unidade familiar, mas sim da necessidade do Estado assumir estes serviços, com a garantia de lavanderias e restaurantes públicos.

Os bolcheviques não desafiaram os homens a compartilharem o ‘trabalho feminino’, mas buscaram simplesmente transferir as tarefas para o domínio público. Apesar de frequentemente afirmarem que os homens deveriam ‘ajudar’ as mulheres em casa, não estavam profundamente preocupados em redefinir os papéis de gênero dentro da família. Em segundo lugar, supuseram que as mulheres somente seriam livres se ingressassem no mundo do trabalho assalariado. Ao invés de reconsiderar o valor que a sociedade imprimia às tarefas que as mulheres realizavam em casa, desprezaram o trabalho doméstico como o entediante progenitor do atraso político. Somente um salário separado poderia oferecer às mulheres independência econômica e acesso a um mundo público mais amplo. Para que as mulheres se libertassem, econômica e psicologicamente, precisariam assemelhar-se mais aos homens ou, especificamente, aos homens trabalhadores (GOLDMAN, 2014, p.30).

Neste mesmo sentido, abriu-se profundo e delicado debate sobre a própria socialização dos cuidados das crianças, com a retirada de uma sobrecarga do papel materno e uma assunção de responsabilidades pela comunidade, mas, principalmente, pelo Estado². Vale o destaque

2

Sobre este ponto, havia, inclusive, ricas divergências, sobre benefícios ou malefícios da manutenção do vínculo afetivo e amoroso da mãe e do pai com a criança, desde esta criação socializada.

de Cinzia Arruzza quanto às reivindicações serem pautadas pela socialização dos trabalhos, sua remuneração, mas ainda predominantemente femininos.

A solução para o problema da dupla exploração da mulher identificava-se, portanto, com a socialização do trabalho doméstico, mais do que pôr em causa os papéis tradicionais no seio da família e a divisão sexual do trabalho. Pelo contrário, considerava-se natural que o trabalho de assistência nos infantários, nas lavanderias, nos refeitórios, fosse desenvolvido por mulheres, enquanto trabalhadoras assalariadas e não enquanto esposas e mães, pois eram consideradas geralmente mais predispostas para este gênero de tarefas (ARRUZZA, 2010, p. 42)

Esta tomada da mulher do espaço público e político e da socialização do trabalho doméstico e do cuidado familiar faz com que o próprio casamento enquanto instituição religiosa e civil seja questionado. A soma destes elementos gerou a confecção do Novo Código da Família, em 1926, prevendo, entre tantos elementos de mudança, a extinção do casamento religioso obrigatório e a possibilidade do divórcio, da maneira menos burocrática possível, com garantia de previsão de pensões à pessoa mais desfavorecida economicamente do casal. Segundo Goldman (2014, p.21) “homens e mulheres se uniriam e se separariam como quisessem, desassociados das pressões deformadoras da dependência econômica e da necessidade”.

O Código de 1926 foi questionado por algumas pessoas diante da possibilidade de uma maior radicalização, mas entendido pela maioria como um grande avanço na regulação transitória das transformações sociais concretas nas relações afetivas e seus vínculos familiares.

Como não poderia deixar de ser, dentre tais revoluções da vida íntima, o tema do aborto surge como central deste processo e intimamente relacionado à não obrigação do casamento e, portanto, de uniões livres.

Muitos questionavam que a liberdade sexual naturalmente promovida com as mudanças da concepção familiar deveria ser pensada comedidamente, pois os métodos contraceptivos ainda não eram avançados e acessíveis e a consequência de possíveis gestações pesaria especialmente sobre as mulheres, que ainda teriam que arcar, prioritariamente, com muitas das responsabilidades da gravidez e da criação.

Outros foram mais cautelosos em sua abordagem da sexualidade. Shishkevich concordava que ‘sob as condições da nova vida nós atingiremos completa liberdade de união sexual’, mas enxergava a necessidade de limitar a liberdade sexual durante o período de transição. Enquanto o Estado não pudesse arcar com o cuidado das crianças e o sexo acarretasse

possibilidade de gravidez, os homens não deveriam se ver livres de suas responsabilidades perante as mulheres, ‘Se a questão é resolvida a favor da irresponsabilidade sexual dos homens’, escreveu, ‘então não resta dúvida que, em nossas condições econômicas, mulheres e mães vão sofrer’. Para as mulheres, o medo da gravidez ainda era o grande obstáculo para a livre expressão da sexualidade (GOLDMAN, 2014, p.26).

Entretanto, houve um inevitável avanço acerca da conscientização da importância da responsabilidade do Estado pela garantia do aborto. Isso fez com que a legalização do aborto da União Soviética fosse inédita mundialmente, um marco na história. Nós nos arriscamos a afirmar que se tratou de uma conquista do movimento feminista soviético.

Porém, nem tudo são flores neste contraditório e complexo processo social. Podemos afirmar que a legalização do aborto se tornou uma política pública de Estado garantida pelos gestores socialistas desde uma perspectiva de controle dos efeitos nefastos da pobreza – agravada com as crises climáticas em plena guerra civil – e, portanto, muito distante de uma noção de respeito e garantia dos direitos reprodutivos das mulheres da época.

Esta constatação faz-se fundamental para se perceber o rol de perversidades que a aplicação prática desta política gerava. Como bem sabemos o sexismo não se supera automaticamente com a tomada do Estado pelos trabalhadores e com a instauração de uma ditadura do proletariado, rumo ao comunismo. Não há mecanicismo quando se trata de relações sociais. Dessa maneira, o ódio às mulheres e o controle do corpo feminino como expressão do capitalismo patriarcal contemporâneo não estava superado na transição revolucionária soviética e são muitas as marcas de violência na realização do aborto.

A legalização era permitida apenas se feita nos hospitais, por médicos. Ocorre que, como obviamente se pode imaginar, a demanda era muito maior do que a capacidade de atendimento e muitas mulheres continuavam apelando às parteiras, a métodos caseiros ou por meio do pagamento de uma taxa para realização pelo próprio médico no ambiente doméstico ou mesmo no hospital, fora do horário de expediente. Isto gerou sofisticação da regulamentação, criminalizando-se e fiscalizando essas práticas paralelas.

Para além da alta demanda, outra motivação para a continuidade da realização do aborto ilegal por muitas mulheres era a maior confiança que tinham nas parteiras e a percepção de que seria um procedimento muito menos dolorido, se assim feito. Isso porque o aborto ocorria de maneira violenta, em muitos casos com a agressividade dos profissionais da área da saúde e, para o horror de um leitor

desavisado, por meio de um procedimento de raspagem do útero sem qualquer anestesia, configurando-se, desde nossa impressão, um procedimento torturante e humilhante.

Com o passar do tempo e o constante aumento da demanda por abortos - o que fazia com que alguns denominassem a prática como uma “epidemia” -, as razões justificadoras do Estado foram se perdendo, pois os dados relativos ao perfil das mulheres que abortavam legalmente – até porque era necessário o preenchimento de um cadastro para seleção das prioridades de atendimento – não correspondiam à ideia prévia de que se buscava o aborto essencialmente por razões econômicas, mas sim à realidade de que as mulheres realizavam o aborto principalmente como mecanismo de controle de natalidade, pois muitas, ainda que trabalhadoras em condições de melhor estabilidade, já possuíam filhos e concebiam o aborto como método mais eficaz de substituição à contracepção.

O aborto foi novamente proibido em 1936. E sobre isso dois elementos precisam ser destacados. O primeiro é que a motivação da proibição é que o controle da natalidade feito a partir das escolhas pessoais das mulheres estava ferindo o interesse geral, público do Estado soviético – parte do processo de degeneração stalinista. Isso quer dizer que, apesar das lutas e motivações feminista que garantiram tal conquista, nunca a política pública foi efetivada desde a perspectiva do respeito aos direitos reprodutivos das mulheres.

Destaca-se que a crise econômica decorrente da guerra civil afetou todos os âmbitos do processo de emancipação das mulheres, além da questão do aborto:

As condições econômicas terríveis, resultantes da irrupção da guerra civil, uma forte resistência dos próprios camponeses às medidas mais avançadas, incluindo às tentativas de criação de infantários nas povoações do campo, e a crescente desconfiança das trabalhadoras tornaram este empreendimento mais difícil do que o previsto. Por mais que o governo bolchevique tivesse procurado criar uma rede de serviços, que haveria de conduzir à progressiva socialização do trabalho doméstico, a quebra da economia soviética desacelerou grandemente os avanços nesta área. Os infantários continuaram a ser escassos, os refeitórios serviam comida de pouca qualidade. A crise econômica, por seu turno, teve como primeiro efeito uma vaga de desemprego feminino. Como consequência, a maioria das mulheres manteve-se economicamente dependente dos homens e continuou responsável pelo trabalho doméstico (ARRUZZA, 2010, p.45).

Apesar de tudo, a russa soviética foi a experiência mais radicalizada que as mulheres vivenciaram, porém “depressa chegaria o stalinismo e com ele a política dos partidos comunistas da Terceira Internacional, agora burocratizada, para quebrar esse laço” (ARRUZZA, 2010, p.47).

Temos profundo alinhamento com Cinzia Arruzza, quando afirma que, entre todos os desafios e contradições da história das mulheres trabalhadoras em meio a suas lutas na classe, “a burocratização da União Soviética e a afirmação do stalinismo marcaram o primeiro divórcio verdadeiro entre o movimento operário e os interesses e as necessidades específicas das mulheres” (ARRUZZA, 2010, p.67).

Com o processo de burocratização, intensificado após a morte de Lenin, todas as estruturas institucionais com funcionamento autônomo, como era o secretariado feminino, foram neutralizados, sob o argumento de que dividiam a classe. Daí é só descida da ladeira, com a criminalização do aborto e também da homossexualidade (esta última assim considerada até 1993) e taxaço do divórcio.

Frisamos, junto à autora, que não há qualquer possibilidade de sustentar alguma continuidade entre o processo revolucionário e o seu processo de degeneração, como se imbricados estivessem. Como ela afirma, “A família tradicional foi restaurada pelo stalinismo pelas mesmas razões que os revolucionários de Outubro tentaram superá-la. Já não se tratava de apagar o passado, de desembaraçar-se do velho traste da burocracia e da autocracia, de abolir a exploração. Pelo contrário, tratava-se de garantir a conservação e a reprodução de uma nova casta burocrática” (ARRUZZA, 2010, p.68).

Apenas sob hierarquia e controle o poder autoritário se sustentaria e, então, “o reforço da família tornou-se, assim, um importante instrumento Termidor estalinista, ajudando a garantir algo de que o regime necessitava: a combinação entre obediência e produtividade” (ARRUZZA, 2010, p. 69). A maior conquista das mulheres trabalhadoras de conjunto foi manchada e destruída com a degeneração estalinista. Apesar disso, o seu exemplo histórico ainda é dos mais vitais como lição dos desafios atuais.

3. Os dilemas teóricos e programáticos da luta das mulheres ao longo do século XX

Após este primeiro momento histórico de dilemas e desafios concretos nas movimentações das mulheres trabalhadoras, podemos destacar que os anos 1960 e 1970 foram marcados por um seguinte “boom” organizativo, em um salto qualitativo na organização da classe.

Porém, convém destacar que, entre as duas gerações de lutas das mulheres, teve uma mulher e sua obra no meio do caminho, a marcar as reflexões do campo e as lutas daí derivadas. No início dos anos 1940 Simone de Beauvoir escreve *O Segundo Sexo* e marca essa trajetória feminista profundamente

Cinzia Arruzza contextualiza que esta segunda etapa do movimento emerge de um momento de efervescência socio-cultural, com o auge das lutas por direitos civis da população negra estadunidense e o fortalecimento dos movimentos pelo meio ambiente, pela paz e contra o autoritarismo. Neste contexto, em alguma medida, ocorre um distanciamento entre a luta do operariado e das mulheres, pela estética política e pelo seu próprio repertório, como afirma Cinzia Arruzza, não mais pautado na reivindicação por igualdade, mas sim no reconhecimento das diferenças, com disputas teóricas, com repercussões políticas, sobre suas origens e sentidos. As questões de autodeterminação feminina assumem maior relevância, bem como as dimensões raciais e de sexualidade.

Como depois poderemos perceber esta demarcação na concepção de feminismo da IV Internacional, neste período passam a ficar mais evidentes as diferenças de pressupostos de análise e suas consequências. Desde aí aprofundam-se interpretações marxistas mais ortodoxas e enrijecidas, hierarquizantes das desigualdades e etapistas em suas respostas, até aquelas das materialistas e das feministas radicais, as quais, sob o viés biologicista ou psicanalítico passavam a interpretar de maneira mais essencializante tais diferenças.

Quanto ao marxismo ortodoxo, em um primeiro momento se sustentava a ideia de que a reivindicação de direitos e de um outro lugar das mulheres na sociedade e no mundo do trabalho serviria como ameaça para os trabalhadores, por serem enorme exército de reserva e mão-de-obra mais barata.

Depois, os argumentos supostamente mais sofisticados sobre a crítica ao movimento feminista ser policlassista – reformista em si – ou as suas reivindicações serem automaticamente atendidas quando da revolução social.

Nesta ortodoxia, destacamos que o estrago stalinista foi tamanho, não só pela regressão nos avanços do processo revolucionário russo, mas também pelo seu direcionamento marcado em muitos partidos comunistas vinculados à 3ª Internacional, resultando em uma política moral conservadora e anti-feminista a guiar tais partidos comunistas burocratizados.

Já sobre a noção de reconhecimento e de diferenças, Cinzia Arruzza afirma que sua inspiração maior estava nos movimentos afro-americanos, pois, “deles, o feminismo extraiu alguns instrumentos conceituais novos: a descoberta da diferença como processo de afirmação e de diferenciação da própria identidade, a autodeterminação, a luta de libertação” (ARRUZZA, 2010, p. 56).

Em uma interessante construção, a autora parte das rupturas de Simone de Beauvoir ao demonstrar a construção social do “ser mulher”, porém com os riscos de se alinhar, em alguma medida, ao estruturalismo de Lévi-Strauss, que parte as explicações desde o binômio masculino/feminino e a prevalência da construção social do primeiro, pautados na ideia de tabu e de complexo de Édipo. Como afirma a

autora, “na afirmação de Simone de Beauvoir de que ‘este tem sido sempre um mundo de homens’ ressoa a tese de Lévi-Strausse, segundo a qual a relação recíproca instituída pelo casamento não se dá entre homem e mulher, mas sim entre homem e homem, por intermédio da mulher”.

Aqui se recupera a mais antiga das polêmicas sobre a origem do patriarcado, para entender suas incorporações pelo capitalismo. Primeiro se tem o devido cuidado de perceber as limitações científicas da tese de Engels sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado, ao não ser possível demonstrar a existência do matriarcado e da dificuldade em se compreender a diferença entre matrilinearidade e matriarcado. Ela demonstra como pesquisas posteriores, com destaques para as investigações de Stephanie Coontz, consolida-se a percepção de que a origem da desigualdade “reside não tanto no controle da função reprodutiva feminina, mas sim na força de trabalho e na capacidade da mulher para produzir um excedente perante determinadas relações de produção e determina divisão do trabalho” (ARRUZZA, 2010, p.92), localizando historicamente no exato momento da transição para a futura sociedade de classes, da origem da propriedade e do Estado.

Deste ponto de vista, mais do que matrilinearidade, é central a noção de matrilocalidade, já que o fator determinante é representado não por regras de descendência, mas pela de residência. De fato, nas sociedades matrilocais, nas quais a mulher tem uma posição de colaboração e não de subordinação, são os homens que se casam no grupo de parentesco da mulher, assegurando que o produto do trabalho feminino se mantenha dentro da sua linhagem. A transição da matrilocalidade para a patrilocalidade permitiu que os homens se apropriassem do trabalho e do excedente produzido pelas mulheres, na medida em que o matrimônio no grupo parental do marido transporta a esposa para um contexto estranho, sem laços parentais de proteção. O produto do seu trabalho já não pertence nem a ela, nem à sua linhagem, é pertença do marido (ARRUZZA, 2010, p.93).

Toda esta digressão se faz fundamental para que se possa perceber que é a apropriação pelo homem deste tipo de trabalho feminino fundamental e que o fazia dependente dela que estabelece a combinação de exploração e opressão específicas às mulheres, pois “assumir o controle deste trabalho equivale não só a assegurar o controle da produção dos bens de subsistência, mas também o poder potenciar esta produção, garantindo a acumulação do excedente” (ARRUZZA, 2010, p. 95).

Este marco é fundamental para os desdobramentos acerca de concepção de feminismo e suas consequência de percepção táticas e estratégicas, reunidos simplificadamente abaixo a partir de três conjuntos de “jogo de palavras”, a apresentar o risco de existir:

- “a classe sem o gênero”: referente às construções artificializantes da relação entre as dimensões de opressão e exploração. Sobre este aspecto, a história poderia já ter servido como lição, ao demonstrar como a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e o alto desenvolvimento tecnológico não diminuíram a divisão sexual do trabalho, sendo elemento estruturante das possibilidades de expansão e reprodução do sociometabolismo do capital. A perpetuação intacta das relações privadas para garantir a dimensão da reprodução social denota sua centralidade para melhor exploração da mercadoria mais valorizada, a força de trabalho. Seguindo as pistas da autora que aqui dialogamos, a perpetuação desta hierarquização e a localização “superestrutural” da dimensão de desigualdade de gênero pode ser ou um “otimismo cego” na fé automático de transformações desta magnitude com a tomada do poder pelos trabalhadores organizados ou mesmo “má fé” de estruturas partidárias e sindicais profundamente patriarcais.

- “o gênero como classe”: todos os debates sobre teoria do valor e as características da dimensão produtiva do trabalho doméstico gerou, para muito além de um preciosismo categórico, uma série de consequências políticas, especialmente no que tange a quem usufrui desta exploração invisível, se o próprio homem ou o capitalismo, alcançando pelas materialistas, em especial sua principal expoente Christine Delphy, chegando ao ponto de sugerir que haveria a concomitância de dois modos de produção, o capitalista e o patriarcal, e sugerindo que, sendo o homem quem usufrui desta exploração, são as mulheres pertencentes a uma mesma classe. Além da corrente materialista, as feministas operárias também defendiam que o trabalho doméstico produz valor indireto e, ainda que não caíssem no erro de defender as mesmas coisas, concluíam que a solução para o problema seria o assalariamento do trabalho doméstico, debate polêmico até os dias atuais. A conclusão quanto às duas possui uma semelhança: “a esfera da reprodução é condicionada pela da produção, perdendo-se de vista a sua especificidade” (ARRUZZA, 2010, p.105)

- “o gênero sem a classe”: pautadas nas questões psicanalíticas ou biológicas, essencializantes das desigualdades e afastando seu caráter histórico, destacando-se aqui a percepção das feministas radicais, que colocam a diferença biológica como raiz da dominação.

O desafio seria justamente perceber, desde as teorias da diferença, o quanto as relações estruturais e de poder determinam uma tendência à performatividade de gênero, a criar normalidades e sujeitos e corpos abjetos, em contraposição e, ao mesmo tempo, a apontar as possibilidades de transcendência, que envolvem mobilizações subjetivas, mas que seriam incapazes de se resolverem desde o campo dos indivíduos, mas sim coletivamente, por meio de uma luta anti-capitalistas.

Desde este mapeamento, destacamos o quanto a discussão sobre concepção de família e trabalho doméstico acaba por ser central, pois são reprodutoras dos valores do sistema e multiplicadoras de potenciais consumidores. Ademais, essa ordem sociometabólica pressupõe forma de controle discriminatória e hierárquica - tem como sua base fundante e essencial a divisão hierárquica do trabalho – e, também por esse motivo, falar de emancipação das mulheres é falar de outro tipo de relação familiar, que envolve a destruição do trabalho doméstico primordialmente feminino. Portanto, falar de liberação das mulheres é falar de liberação da humanidade, é defender outro tipo de sociometabolismo qualitativa e radicalmente distinto do atual, por isso também se tratar de questão insuperável dentro dos limites da ordem do capital:

Sem mudanças fundamentais no modo de reprodução social, não se poderão dar sequer os primeiros passos em direção à verdadeira emancipação das mulheres, muito além da retórica da ideologia dominante e de gestos da legislação que permanecem sem a sustentação de processos e remédios adequados. Somente uma forma comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar a base material da verdadeira igualdade (DAVIS, 2016, p.107).

É importante destacar que o trabalho doméstico não deixa de ser uma extensão da mais-valia extraída, uma vez que garante a reprodução da força de trabalho a baixos custos, pois assim não há necessidade de se investir em restaurantes, lavanderias e creches públicas.

A inserção da mulher no mundo do trabalho não significou sua emancipação, pois, apesar de ocupar o espaço público, seu trabalho serviu como maior fonte de lucro ao capitalista, tanto pelos salários mais baixos das próprias mulheres, como pela possibilidade de rebaixar salários dos homens, uma vez que a fonte de renda familiar aumenta: “Ao lançar no mercado de trabalho todos os indivíduos da família, a máquina distribui entre toda a sua família o valor da força de trabalho de seu chefe, desvalorizando-a” (DAVIS, 2016, p.108).

Angela Davis realiza fundamental contribuição sobre este tema. A autora descreve como a natureza do trabalho doméstico se transformou após o processo de industrialização. Até então o trabalho doméstico, eminentemente feminino, era valorizado socialmente e englobava atividades que depois foram incorporadas pela indústria, como a própria construção e reformas das casas, a confecção de roupas, sabão, manteiga. A industrialização criou o fenômeno das “donas de casa”, com seus trabalhos invisíveis, desvalorizados, provocadores de tristeza e depressão. Ela alerta que a história da mulher negra foi sempre diferente da oficial, pois há muito tempo trabalha no espaço

público, como escrava e como liberta e seu serviço doméstico acabou por possuir outro peso, até porque é o grande contingente de trabalhadoras domésticas, dedicando mais tempo para o cuidado dos filhos e limpeza do ambiente da patroa do que os seus próprios.

A autora abre um franco diálogo com os movimentos, especialmente o italiano, que reivindicam como importante bandeira feminista a remuneração do trabalho das “donas de casa”, divergindo essencialmente desses, a partir da ideia de que a incorporação dessas mulheres no mundo do trabalho possui potência muito maior, não pelo trabalho ser menos alienado, mas sim pela possibilidade de organização e luta coletiva sindical.

E aqui alcançamos um ponto muito importante. Longe das polêmicas sobre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo, Davis descreve como houve uma “separação estrutural entre a economia pública do capitalismo e a economia privada do lar” com a industrialização, mas que, em todo este período, foi imprescindível para garantia da reprodução da força de trabalho. Isso faz com que entenda o trabalho doméstico como *precondição*:

Se a Revolução Industrial resultou na separação estrutural entre a economia doméstica e a economia pública, então as tarefas domésticas não podem ser definidas como um componente integrante da produção capitalista. Elas estão, mais exatamente, relacionadas com a produção no sentido de uma precondição. O empregador não está minimamente preocupado com o modo como a força de trabalho é produzida e mantida, ele só se preocupa com sua disponibilidade e capacidade de gerar lucro. Em outras palavras, o processo de produção capitalista pressupõe a existência de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis.

A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina. Mas a socialização das tarefas domésticas – incluindo o preparo das refeições e o cuidado das crianças – pressupõe colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia. Os únicos passos significativos na direção da eliminação da escravidão doméstica foram dados, de fato, pelos países socialistas atuais. As trabalhadoras, portanto, têm um interesse vital e particular na luta pelo socialismo. Além disso, no capitalismo, as campanhas por empregos em base de igualdade com os homens, combinadas com movimentos pela criação de instituições como creches subsidiadas pelo poder público, contêm um potencial revolucionário explosivo. Essa estratégia coloca em dúvida a validade do capitalismo monopolista e deve, em última análise, apontar na direção do socialismo (DAVIS, 2016, p.231).

Instaura-se uma divisão sexual do trabalho. A autora *Daniele Kergoat*, em um pequeno texto sobre o assunto, explica que, tradicionalmente, há um discurso legitimado de que essas diferenciações são da própria “natureza feminina” (trabalhos repetitivos e minuciosos são mais fáceis às mulheres) ou então que o desafio é a qualificação da mulher, receitando soluções como estímulo na educação, concessão de trabalho, maiores oportunidades, ao que Kergoat rebate, dizendo que “as mulheres operárias não são operárias não-qualificadas ou ajudantes porque são mal-formadas pelo aparelho escolar, mas porque são bem formadas pelo conjunto do trabalho reprodutivo”.

O paradoxo, bem revelador de aspectos que denotam o caráter estruturante dessas relações sociais, é que o capitalismo atingiu altíssimo desenvolvimento de suas forças produtivas nesta sua etapa de acumulação, mais do que o suficiente para liberar as mulheres do trabalho doméstico. Como detalha Angela Davis:

Em outras palavras, as tarefas domésticas não precisam mais se consideradas necessária e imutavelmente uma questão de caráter privado. Equipes treinadas e bem pagas de trabalhadoras e trabalhadores, indo de casa em casa, operando máquinas de limpeza de lata tecnologia, poderiam realizar de forma rápida e eficiente o que a dona de casa atual faz de modo tão árduo e primitivo.

Estas sínteses até aqui alcançadas não são pacíficas e nem reverberam na organização das lutas e suas tendências de forma harmônica. A seguir, analisaremos os principais documentos da IV Internacional para perceber suas formulações e o esforço – permeado pelas contradições do fazer histórico – de transcender dilemas capazes de perpetuar o divórcio entre o feminismo e o marxismo.

4. A elaboração programática feminista da IV Internacional

Nesta etapa do trabalho reuniremos as principais formulações da IV Internacional no que tange à temática da luta das mulheres.

Em profunda consonância com as questões teóricas de concepção de feminismo até aqui apresentadas, até mesmo por coerência com sua origem e contraponto ao burocratismo stalinista e aos desvios social democratas, as formulações teóricas da IV Internacional quanto à imprescindibilidade da luta das mulheres para o alcance de um projeto societal radicalmente novo foi, em alguma medida, o mais oxigenado à época na relação entre as novas formulações do movimento auto-organizado de mulheres, inclusive nas pautas específicas das mulheres negras e lésbicas, e o movimento geral de luta da classe trabalhadora.

Tratar da importância da luta das mulheres e do seu caráter interseccional na atualidade é praticamente um lugar comum e uma necessária percepção a toda pessoa que se comprometa com a construção de um projeto revolucionário, porém em meados dos anos 1960 e 1970 tratava-se de um campo minoritário em disputa. Enaltecer esse protagonismo libertário da IV Internacional não significa, em nenhum medida, isentá-la de limites e contradições no seu fazer político concreto. Como toda organização revolucionária forjada no capitalismo patriarcal, reproduzirá práticas androcêntricas.

Neste escrito intencionamos analisar tão somente alguns documentos oficiais da IV Internacional, produzidos como sínteses de seus Congressos Mundiais e que tratem, com ênfase, da questão das mulheres, observando suas formulações principais, seus exercícios de auto-crítica e os principais limites ou ausências.

O documento mais detidamente analisado foi a Resolução do 11º Congresso Mundial da IV Internacional, confeccionada em 1979 e denominada “La revolución socialista y la lucha por la liberación de la mujer”, por se tratar do material de maior fôlego programático sobre a temática. A análise será acompanhada de algumas formulações mais gerais do 13º Congresso Mundial, de 1991 e por outros dois documentos específicos da temática, quais sejam a Resolução “ ‘Ação afirmativa’ e construção do partido entre as mulheres”, aprovado pelo CEI de dezembro de 1988 e a Resolução de 1991 específica sobre as mulheres latino-americanas.

4.1 Leituras estruturais

Em um primeiro momento, destacaremos o que aqui classificamos como leituras estruturais sobre o papel da luta das mulheres na transformação societal revolucionária.

Em sua Resolução de 1979, a IV Internacional registra seu entendimento de que uma das principais armas utilizadas pela burguesia “para dividir y debilitar a los explotados y a los oprimidos” é a naturalização das desigualdades de gênero. Não cair no jogo de que as lutas e demandas específicas das mulheres enfraqueceriam a luta geral é o primeiro passo para um projeto estratégico de conquista de poder popular, pois aquelas seriam parte integrante da luta para abolir o capitalismo.

Assim, poderia parecer contraditório com esta formulação anterior afirmar que a libertação das mulheres só se dará com a superação do próprio capitalismo, mas isso não significaria aqui que bastaria derrubar o sistema para que estejam bem, mas sim o inverso, é a sua luta e auto-organização imprescindível para que este processo de resistência possa ser exitoso, pela centralidade desta opressão para a própria possibilidade de reprodução da ordem do capital, bem como por não haver um automatismo possível entre conquista do poder pela classe trabalhadora e transformação profunda e horizontal das relações sociais de gênero, raça e sexualidade.

Assim, de um lado, a IV Internacional se posiciona no sentido de que, ainda que o movimento de mulheres possa ser policlassista, as suas demandas mais profundas só se concretizarão em plenitude com a transcendência do sociometabolismo do capital, uma vez que o

modelo familiar burguês e sua intrínseca sustentação da divisão sexual do trabalho são inerentes ao capitalismo, mesmo com seu mais agudo desenvolvimento das forças produtivas, havendo ressignificações destes elementos.

De outro lado, ao descrever as raízes da opressão da mulher, a IV Internacional se posiciona contrariamente às leituras deterministas e etapistas que esvaziam o sentido das lutas e pautas das mulheres, pois aquelas “niegan la necesidad de que las mujeres se organicen como mujeres luchando contra su opresión, no hacen sino reforzar las divisiones en el seno de la case obrera y retardan el desarrollo de la conciencia de clase entre las mujeres que empiezan a luchar contra su estatus de inferioridad”.

Neste documento de 1979 procura-se sustentar teoricamente esta posição, reservando-se um tópico específico sobre origem e natureza da opressão das mulheres. Em linhas gerais, de acordo com as classificações trabalhadas anteriormente sobre os diferentes vieses da relação gênero e classe, a Resolução em questão se contrapõe à determinação biológica ou psicanalítica, reforçando seu caráter social e econômico. Quanto às primeiras, em especial ao elemento psicanalítico, refere-se a um perigo de um “idealismo ahistórico”, “al margen del contexto materialista de las relaciones sociales”.

O texto traz referências ao comunismo primitivo e a ausência de hierarquia entre as tarefas. Tem um olhar cuidadoso para o processo de fixação e de divisão hierárquica de funções, seguindo os estudos mais aprofundados que não localizam pontualmente na propriedade privada a construção da desigualdade de gênero, mas no processo de transição e de apropriação do trabalho feminino:

El cambio en la situación de las mujeres se desarrolló junto a la creciente productividad del trabajo humano basado en la agricultura, la ganadería y la constitución de stocks, desarrollo de nuevas divisiones del trabajo, artesanía y comercio; a la apropiación privada de un excedente social cada vez mayor y al incremento para algunos hombres de la posibilidad de prosperar a partir de la explotación del trabajo de otros (...). El papel social de las mujeres se definió cada vez más como la de una esclava doméstica y como productora de hijos.

Mais do que um preciosismo teórico de origem, este reconhecimento pode gerar compreensões táticas e estratégicas da maior seriedade na localização (ou não) de que a opressão das mulheres está atrelada à exploração de classe. Esta alocação de um papel social feminino no lar e sua ausência no espaço público possui impactos estruturantes da máxima ordem, sendo a família constituída como instituição por excelência de dominação de classe. Assim, o sistema familiar se constitui como instituição econômica e social, sendo por

meio dela que o capital se exime da “responsabilidad social del bienestar económico de aquellos cuya fuerza de trabajo explotan”. Conforme o documento, cria-se a ideia de que cada família deve se responsabilizar por si mesma, ou seja, garantir os meios de reprodução da existência da força de trabalho.

Além disso, a família também serviria como principal veículo de transmissão ideológica da necessidade de subordinação da maioria para a exploração da minoria, bem como seria o meio por excelência para transmissão das riquezas de geração em geração. Dessa forma, segundo a Resolução de 1979, o modelo familiar monogâmico, aperfeiçoado na sociedade burguesa, “fortalece las actitudes agresivas, posesivas y competitivas necesarias a la perpetuación de las divisiones de clase”, além de moldar caráter e comportamento de seus componentes, distorcendo “todas las relaciones humanas imponiéndoles el marco de la obligación económica, la dependencia personal y la represión sexual”.

Por todos estes elementos, em especial por ser o principal pólo material e ideológico para a reprodução da divisão sexual do trabalho em todos os âmbitos – do trabalho doméstico invisível e não remunerado, predominantemente feminino, garantidor da reprodução da força de trabalho mais barateada para a exploração mais lucrativa, até a naturalização de características e papéis femininos e masculinos a justificar a divisão no campo do trabalho formal, informal e ilícito e a menor valorização e remuneração das mulheres, mesmo ocupando os mesmos cargos, e o seu desprestígio na ocupação de espaços de maior poder/liderança nas relações de trabalho - o documento em análise conclui que “el sistema familiar es un pilar indispensable de la dominación de clase. Su mantenimiento es esencial para la supervivencia del capitalismo”.

Como a história já pode demonstrar, e como pudemos, em alguma medida, analisar no tópico anterior, o envolvimento das mulheres no mercado de trabalho gerou contradições ao sistema. Como sabemos, o início da inserção feminina (e infantil!) no mundo do trabalho foi caracterizado por regimes extenuantes de trabalho e rebaixamento dos salários dos homens também. Para evitar a auto-implosão, a ordem do capital foi temperando estas diferenças e desigualdades, na exata medida para explorar a todos e, ao mesmo tempo, garantir a sobrevivência da instituição familiar.

O fornecimento de parte do serviço doméstico via estado faz com que se absorva “una parte de la plusvalía que de otra forma se apropiarian los dueños del capital”, além de fortalecer a ideia de que “es la sociedad y no la familia quien debe responsabilizarse del bienestar de sus miembros improductivos. Elevan las expectativas sociales de la clase obrera”. Por isso, a IV Internacional vem sustentando,

desde sempre, que o trabalho doméstico é um elemento necessário de reprodução da força de trabalho vendida, pois “cualquier disminución generalizada del trabajo doméstico no pagado que realizan las mujeres, reduciría las ganancias totales, alterando la proporción entre ganancias y salarios a favor de proletariado”.

Mesmo com o máximo desenvolvimento da tecnologia, não se liberou o trabalho doméstico privado e predominantemente não remunerado (e, quando remunerado, sendo feito com pífia proteção trabalhista, por mulheres, sobretudo não brancas, em condições precárias). Além disso, a Resolução de 1979 também argumenta que:

(...) las encuestas en gran número de países imperialistas han mostrado que las mujeres que tienen más de un niño y un trabajo a tiempo completo tienen que dedicar entre 80 y 100 horas de trabajo a la semana a sus tareas domésticas – más horas que las que resultaron en encuestas similares realizadas en 1926 y 1952. Aunque los electrodomésticos han facilitado algunas tareas domésticas, el tamaño cada vez menor de la unidad familiar promedio ha significado que las mujeres puedan recurrir cada vez menos a los abuelos, tías y hermanas para que les ayuden.

Esta condição estrutural vem gerando, nas últimas décadas, uma verdadeira crise da família, uma vez que a base material se descola mais e mais do discurso de continuidade das diferenças entre homens e mulheres.

Quanto às polêmicas sobre ser o trabalho doméstico produtivo, o documento de 1979 é bem direto em sua posição ao afirmar que “apesar de lo útil que pueda ser, el trabajo doméstico de una mujer no produce bienes de cambio para el mercado, y por lo tanto no produce valor ni plusvalía. Tampoco entra en el proceso de explotación capitalista. En términos de valor, el trabajo doméstico efectuado gratuitamente en el seno de la familia afecta a la tasa de plusvalía. Indirectamente, aumenta la masa total de plusvalía social”. Dessa forma, a IV Internacional conceitua a impossibilidade de se esticar indevidamente a teoria do valor marxista, assumindo a possibilidade de considerar tal trabalho como trabalho produtivo, capaz de produzir mais valor. Porém, e nisso estando de acordo com a breve síntese do tópico anterior, não produzir diretamente valor não significa que este trabalho não seja estrategicamente necessário para a ordem do capital explorar mais e extrair mais valor de sua força de trabalho, indiretamente, conforme acima desenvolvemos.

Por tudo isso, ao contrário de algumas das autoras que se auto-entitulam como materialistas, há o entendimento de que é a classe capitalista e não os homens em geral quem se beneficia deste trabalho e, por isso, a luta deve ser anti-capitalista, em aliança com todas as demais frentes reivindicativas da classe trabalhadora para garantir este projeto. Como afirma o documento, sintetizando a importância

estratégica desta posição teórica, “hoy, es el carácter de clase de estas relaciones de producción, y no la capacidad productiva de la humanidad lo que constituye el obstáculo para que las funciones económicas y sociales atribuidas a la familia bajo el capitalismo no sean transferidas a la sociedad en su conjunto”.

Ainda neste item de leituras estruturais, destacamos, brevemente, o caráter anti-punitivista singelamente apresentado nas resoluções, ao tratar das trabalhadoras do sexo, da pornografia e da própria busca pelas instituições punitivas na lida com a violência doméstica e familiar contra a mulher. Para nós, esta é uma constatação da máxima relevância e, ainda que aqui não tenhamos oportunidade de aprofundar em cada um desses elementos, consideramos relevante destacar que esta é pauta das mais difíceis de lidar todos os tempos e, em especial, na contemporaneidade, com a esquerda punitiva se apoiando em um suposto papel simbólico e protetivo que o sistema penal - a cada ano mais forte a abrangente - teria capacidade de sustentar.

Por isso, é oportuno frisar que esta tradição libertária e democrática atribui coerência nas formulações sobre o combate à violência de gênero e sua relação com o sistema penal, não se olvidando da importância de se desconfiar do sistema punitivo e jamais confundir a busca por direitos de um grupo oprimido através da flexibilização de garantias fundamentais. Quanto a isto, a Resolução geral de 1991 afirma que, desde este horizonte crítico e democrático, ainda que reconhecendo a origem e as apropriações do discurso dos direitos humanos para sustentação da ordem vigente, “o movimento operário deve voltar contra a burguesia a campanha pelos direitos humanos, e converter-se no defensor mais resolutivo das liberdades democráticas. Mas só poderá ganhar confiança e autoridade se aplicar em suas próprias fileiras esses princípios, e não se dobrar frente a violação alguma desses direitos nos países em que governe”.

Para finalizar este item, destaca-se – e este será um ponto de debate entre os trabalhos na mesa redonda proposta – a ausência de leituras transversais das relações sociais de gênero, raça e sexualidade nos documentos analisados. Ainda que cada uma destas relações sociais sejam tangenciadas pela dimensão de classe em oportunidades variadas pela IV Internacional, nos documentos produzidos por ela durante o século XX havia uma ausência de leitura transversal dessas relações para a compreensão do funcionamento da sociedade. No máximo, uma referência à importância do método das lutas do movimento negro para a auto-organização das mulheres, assim como a infeliz presença do machismo também naquele, do mesmo modo que na luta partidária e sindical. Para nós, conseguir sempre racializar o debate sobre desigualdade de gênero, entendendo a construção e perpetuação da ideia desigual de raça enquanto estruturante do capitalismo e

permeadora das vivências das diferentes mulheres é imprescindível para uma análise mais profunda e uma intervenção mais contundente na realidade.

4.2 Leituras conjunturais

Para além das formulações que tangenciam o debate programático e de concepção de feminismo, os documentos em análise também pontuam elementos de cunho mais conjuntural, pincelando impressões sobre as especificidades das lutas das mulheres em diferentes contextos históricos. Os textos recuperam os momentos decisivos das lutas e a melhor caracterização do novo ascenso e dos sinais de dificuldades com o despontar da crise estrutural – civilizacional – da ordem do capital.

Ainda que não haja um detalhamento das origens das mobilizações de mulheres, descreve o quanto a luta sufragista, nos diferentes países, não foi puxada exclusivamente por mulheres burguesas, ainda que tenha sido permeada de contradições e hegemonzada por mulheres brancas, de classe média e que, em algumas realidades, como a estadunidense, conforme nos anuncia Angela Davis (2016), diante das disputas por conquistas de um grupo ou outro, chegaram até mesmo a se alinhar com os supremacistas brancos. De outro lado, essa mesma autora nos demonstra o quanto que a pauta em si não era exclusivamente burguesa, mas também reivindicada dentre as lutas concretas das mulheres negras e operárias.

As Resoluções em análise apontam que o momento seguinte de nova radicalização do movimento de mulheres se dá nos anos posteriores à II Guerra Mundial, primeiramente nos países centrais. As contradições entre o desenvolvimento do capitalismo e a perpetuação da desigualdade de gênero despontam com mais força neste período. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento tecnológico, as possibilidades de controle de natalidade e as discussões mais profundas sobre o maior controle sobre as funções reprodutivas das mulheres. Da mesma forma, o aumento significativo de mulheres no mercado de trabalho e a ausência de alteração de desvantagens salariais, a continuidade da sobrecarga de trabalho doméstico e o aumento do trabalho em tempo parcial para as mulheres. A expressão da contradição entre o que é possível e o que se efetiva nesta ordem social.

De acordo com a periodização da IV Internacional, o fim dos anos 1960 se caracterizariam como uma etapa importante de um novo ascenso da luta das mulheres. Segundo o documento de 1979, “el primer país en que apareció esta radicalización de las mujeres como un

fenómeno de masas fueron los Estados Unidos. Esta radicalización se manifestó por la aparición de miles de grupos de liberación de la mujer y por las manifestaciones de decenas de miles de mujeres el 26 de agosto de 1970, en conmemoración del 50 aniversario del triunfo de la lucha de las mujeres norteamericanas por el derecho al voto”.

A compreensão é de que parte-se de um ascenso geral da classe trabalhadora, que se mobiliza também com novas pautas e novos métodos, agregando movimentações estudantis, em prol do meio ambiente, da paz (e contra a Guerra do Vietnã), contra opressões nacionais. Evidencia-se processos de solidariedade entre os oprimidos, com a luta de um grupo puxando a de outro, no contexto da década de sessenta. Diante deste contexto de efervescência, o estopim destes movimentos de mulheres, em sua maioria, surgiu por fora dos movimentos tradicionais da classe trabalhadora, pressionando para sua atenção a isto.

Para a IV Internacional o fato deste levante de mulheres em alguma medida anteceder ao aprofundamento dos sintomas da crise econômica dos anos 1970 é demonstrativo do caráter determinante desta opressão para o sociometabolismo do capital, constatando ser “uno de los síntomas más claros de la profundidad de la crisis social del orden burgués en la actualidad”.

Por esses dois elementos, a percepção é de que a luta das mulheres fortalece a luta de classes e favorece as “perspectivas del socialismo”. Portanto, percebendo ser sua radicalização sintomática das questões estruturais e apresentar um forma impulsora que extrapola a organização da classe e a alavanca para sua maior radicalidade, sua concepção, originariamente, não apresenta discursos divisionistas e de oposição homens x mulheres.

O documento de 1988 já aponta os efeitos da crise sobre a classe trabalhadora, sobretudo as mulheres, e sobre a luta destas. Naqueles referidos como “países capitalistas avançados”, o documento também se refere ao papel fundamental das mulheres imigrantes, sobreexploradas e atingidas por legislações discriminatórias especiais. Em momentos de crise do capital haverá uma tendência a se reequilibrar o exército industrial de reserva, baixar o custo salarial e enxugar serviços básicos, demandando suas substituição pelo cuidados domésticos, predominantemente feminino. Isso necessariamente será permeado por uma ofensiva ideológica.

Dessa forma, a crise econômica se agudizaria a partir de 1974-1975, gerando ataques maiores aos direitos das mulheres e, inversamente, também aumento da consciência feminista. Nos anos 1990, início dos anos 2000 ocorre um aprofundamento da crise. De acordo com a Resolução geral, de 1991, “a economia capitalista internacional não consegue superar o dilema: ou maior inflação ou maior crise de superprodução”. A proporção das crises nesta etapa de acumulação é muito maior diante da crescente dimensão internacional das

forças produtivas, acompanhada, ao mesmo tempo, de uma crise do imperialismo que pode gerar (e o presente denuncia mais ainda isso) efeitos mais graves.

As respostas da burguesia diante do combo “aumento da conscientização das mulheres + crise estrutural” permeia iniciativas que vão da chacota a um reconhecimento limitado das pautas e demandas, como um esforço para cooptar as lideranças e as suas bandeiras para um projeto conciliador de classes, tentando enquadrar as pautas em marcos de reformas mínimas, frágeis, a serem derrubados em um sopro. O sequestro das reivindicações pode beirar à sua instrumentalização para criação de novos mercados e artificialização de necessidades de mercadorias.

Desse modo, no documento geral referente ao XIII Congresso Mundial da IV, de 1991, reforça-se que “O empobrecimento, a marginalização e a insegurança ascendentes na sociedade, se traduzem, em termos políticos, em uma tendência para Estados fortes e para a restrição das liberdades democráticas e dos direitos sindicais, assim como no crescimento do racismo, da xenofobia, dos ataques contra os direitos das mulheres e dos homossexuais, e o ressurgimento de uma extrema direita neofascista”.

Contudo, apesar de sua ampla hegemonia temporária no cenário político mundial, o imperialismo é incapaz de controlar esta ‘mundialização’. O imperialismo se encontra desgarrado pela intensificação da competição em um âmbito de depressão, prisioneiro do Estado nacional, questionado por setores importantes da população mundial, e não pode, hoje em dia, esmagar seus próprios habitantes como o fez o fascismo outrora. Mas desenvolve-se o Estado forte, e aparece um caldo de cultura racista, pré-fascista. É inadmissível fechar os olhos frente a estas tendências: recusar-se a ver hoje esses perigos é tão irresponsável e tão covarde como o foi em véspera de Auschwitz e depois de Hiroshima

Neste contexto, indagamos: e o marxismo ortodoxo e obrerista, como fica?

Como se sabe, a tradição do marxismo revolucionário que a IV Internacional herda sempre teve uma postura firme e crítica quanto à degeneração que o movimento concreto dos partidos comunistas orientados pelo Kremlin stalinista ou os rumos da social-democracia apresentaram. No que se refere a este ascenso das mulheres, a Resolução de 1979 é taxativa ao afirmar que “los stalinistas y los socialdemócratas, especialmente, se vieron al margen por el rápido desarrollo de una radicalización significativa que no se volvía hacia ellos en busca de dirección”.

Ainda que toda a esquerda revolucionária pudesse ser alvo de críticas quanto às dificuldades de acompanhar os novos contextos, novas gramáticas e métodos de luta e os novos protagonismos, os documentos destacam que a própria sustentação de um modelo familiar e moral para perpetuação do poder se mostrava oposta as tendências transgressoras e massivas do momento. Assim, “su compromiso con las instituciones básicas de la dominación de clase, incluyendo la familia; y su necesidad de mantener o fortalecer su influencia en la clase trabajadora si quieren contener las luchas obreras dentro de los límites de las relaciones de propiedad capitalistas”. Assim, Partidos vinculados à III Internacional – políticas contrarrevolucionárias do Kremlim. Portanto, havia uma propaganda oficial pró família tradicional, com, no máximo, uma política para que os homens compartilhem o trabalho doméstico. Assim, a defesa de uma bandeira anti-feminista significava uma pauta anti-revolucionária e conservadora da ordem social a ser pretensamente combatida.

No auge da luta das mulheres, há, em alguma medida, um tensionamento a um giro. Muitas mulheres dos partidos socialdemocratas participaram dos movimentos auto-organizados de mulheres no momento, à revelia dos burocratas. Em alguma medida estes partidos foram ainda mais oxigenados, como com relação ao tema do aborto, se comparado com os stalinistas. (até que as pautas tensionassem com a burguesia, aí ocorria recuo). O mesmo ajustamento ocorreu com os stalinistas, diante da pressão das mulheres em suas fileiras.

A Resolução de 1979 realiza a crítica ao retrocesso destas pautas e, ao mesmo tempo, destaca que seria um erro subestimar o peso político capaz de alcançar por esses dois grupos políticos, ainda com influências massivas, inclusive no sentido de incidência sobre o movimento e rebaixamento de suas pautas.

Neste mesmo sentido, o documento destaca a posição das organizações maoístas, que consideravam como pequeno-burguesas as movimentações de mulheres.

Apresentando as mesmas dificuldades de atualização das pautas de lutas, o documento não deixa de fora os movimentos sindicais.

Quase dez anos depois, a Resolução de mulheres de 1988, ainda que se concentre no detalhamento de diretrizes de políticas de ação afirmativa internamente ao partido, dedica algumas linhas ao que denominamos aqui como atualização conjuntural. O documento retrata que nessa década houve uma queda das mobilizações massivas na realidade estadunidense e da Europa ocidental, em decorrências da crise econômica.

Assim como o documento geral de 1991 citado anteriormente, aqui se destaca que não soubemos dimensionar o nível da ofensiva moral da extrema direita neofascista neste momento da crise econômica, pois “aunque fuimos capaces de declarar que durante la crisis económica actual las mujeres no serían echadas de la fuerza de trabajo, tendimos a subestimar el significado de la ofensiva ideológica de clase dominante acerca de la familia, la reproducción, la sexualidad y el racismo. De esa manera, no estuvimos preparados para calcular su efecto sobre el movimiento obrero”.

Esta mudança afeta a composição dos movimentos. O documento, inclusive, reforça que, em um giro dramático, naquele contexto, o movimento feminista estava muito mais vivo nos países onde atuava timidamente, com destaque para a América Latina, objeto de um documento particular, a ser analisado adiante.

5. Diante da leitura estrutural e dos elementos conjunturais, quais as respostas táticas da IV Internacional?

Por todos os elementos até aqui trabalhados, podemos elencar abaixo algumas linhas de atuação política extraídas dos documentos em análises, apresentadas como consequência das leituras apresentadas até o momento.

- A IV Internacional se guia pela antiga tradição do marxismo revolucionário, pautada na noção de que a opressão coincide com o início da sociedade de classes e é indispensável ao capitalismo. Por isso, “sin la movilización de las masas de mujeres en la lucha por su propia liberación, la clase obrera no puede realizar sus tareas históricas”. Desde esse entendimento, reforça-se a importância e necessidade de um movimento autônomo de mulheres e a tarefa de inserção e de ganhar a confiança e a direção das massas de mulheres.
- Concebe que a opressão, em diferentes modos, afeta a todas. E que, inclusive, isso pode fazer com que algumas mulheres burguesas rompam com sua classe. Por isso, não é uma contradição ou um rebaixamento do movimento que ele seja policlassista. O ponto é que a disputa a ser feita sempre será desde um referencial anti-capitalista. A integralização da pauta pela liberação da mulheres é necessariamente contra a ordem capitalista. As mais exploradas são mais afetadas pela opressão, o que faz com que animar-se na luta feminista pode fazer engajá-las ainda mais nas lutas da classe trabalhadora. Enquanto tática de movimento, é importante, ainda que seja importante a contextualização regional e conjuntural, a participação em movimentos massivos e também nos mistos/classistas.

- O documento de 1988 dedica-se, basicamente, a imprimir diretrizes políticas e organizativas internas para o combate profundo às práticas patriarcais do partido revolucionário. Argumenta-se que, para as direções, no Congresso Mundial de 1979 havia uma crença de que seria superada a deficiência numérica de mulheres com o “giro” à indústria, o que não se confirmou uma década depois, ao contrário, retrocedeu. Assim, a mudança não se daria de forma objetiva e direta.

A começar, sempre houve uma valorização do que se entende como atitudes masculinas, pois “el modo de funcionamiento, la naturaleza de la dirección y el estilo de trabajo se dan en el terreno de lo ‘masculino’”. As ações deveriam passar pelos mais variados métodos a depender da localidade³, de escolas de formação sobre a opressão das mulheres, passando pelo estabelecimento de metas de incremento do número de mulheres nas instâncias de direção, até o exame de “nuestros símbolos revolucionarios y métodos de funcionamiento. (Para empezar, la imagen del obrero industrial, revolucionario o de los héroes guerrilleros revolucionarios tienen el sello ‘masculino’)”.

O documento retrata que mesmo onde as mulheres são maioria nos cargos de direção, não possuem o mesmo poder que os homens, em decorrência de possuírem, pela forma de socialização masculina, mais conexões informais e mais autoridade política. A conclusão é simples: a implementação das ações afirmativas não necessariamente resolverá problemas, pode apenas descobrir outros.

Deste modo, para além da obviedade de se combater padrões de comportamento inaceitáveis, permeados por assédios e violências, bem como de identificar o quanto que os disputismos podem ser adoecedores – constatando-se que os homens tendem a sofrer menos, por se adaptarem a mecanismos de competência e a modelos masculinos de direção, o desafio coletivo deve ser de confrontação à divisão sexual do trabalho dentro do partido.

6. A mulher no “ Terceiro Mundo” ?

Diante da profundidade do debate e reconhecendo a limitação de espaço que nos resta na análise feita neste trabalho, gostaríamos apenas de registrar o quanto que a tradição política pautada na formulação do “desenvolvimento desigual e combinado” pouco apresenta em

3 O documento, ao final, elenca de “a” a “t” sugestões de práticas anti-patriarcais internamente ao partido, passando por formação, liberação/profissionalização de mulheres, direção com mais mulheres e representação no mínimo equitativa, transformações na linguagem, imprensa com mulheres, cuidado com a sobrecarga de trabalho a mulheres, mudanças nas formas de organização das reuniões, estímulo ao aperfeiçoamento das mulheres jovens, creches para as reuniões, escolas de formação de mulheres, seminário de mulheres, dentre outras.

suas formulações gerais acerca das especificidades do capitalismo dependente. Para além das formulações específicas das seções destes países, os documentos pouco caracterizam as especificidades das burguesias e dos Estados dos países de capitalismo dependente.

Especificamente sobre mulheres, destacamos aqui uma Resolução publicada em 1991 sobre a situação das lutas das mulheres latino-americanas. O contexto de produção deste texto é descrito no documento de 1988 quando afirma que “con la exigencia de informes formales en las reuniones de comités (burós) políticos europeos y latinoamericanos se logró que se presetaran informes en el CEI de 1987, durante el cual se hizo además un informe sobre el feminismo latinoamericano. En la orden del día para el CEI de 1988, se incluyó un punto sobre la mujer en el tercer mundo”.

Como pudemos analisar no item anterior, ao se analisar os levantes de mulheres em meados do século XX, destacou-se o pioneirismo das “mulheres do Norte”. Assim, os documentos localizam que as mulheres nos países latino-americanos se organizaram tardiamente. Dentre as possíveis explicações para tanto, localizando que “la profundidad de su opresión nacional a menudo oscurece su opresión específica como mujeres” e que, neste mesmo sentido, a família ainda teria um peso social maior, de proteção contra o racismo e outras violências institucionais. Entretanto, o documento de 1979 já afirmou que, depois que a articulação começa, torna-se uma explosão.

O documento de 1991 realiza uma contextualização importante sobre o imperialismo, sua fase neoliberal e seus impactos sobre a realidade dos países da América Latina, desgastando o processo desigual de industrialização, a desindustrialização posterior, as causas da crise da dívida, a guerra às drogas, etc.

O documento específico de 1991 descreve mais as dificuldades organizativas dos movimentos latino-americanos feministas, que passavam pelos desafios de massificação e que, em muitos casos, levou a “una crisis de perspectivas políticas de los grupos autónomos, y en muchos casos a su desaparición o absorción por proyectos de los Estados”.

Al estar dedicadas a discutir y propagandizar “temas” relacionados con la opresión – trabajo doméstico, violencia, sexualidad, aborto – estaban tocando cuestiones vitales para todas las mujeres. Pero al tener una práctica fundamentalmente de propaganda, y una visión de construcción del movimiento a partir de la simple multiplicación de pequeños grupos, difícilmente podían establecer una plataforma que unificara al conjunto de los grupos o que fuera atrayente y accesible a la mayoría de las mujeres.

Em paralelo, o documento afirma que as mulheres organizaram tipos criativos de auto-organização, passando por instituições de apoio e educação, grupos de comunicação, grupos de mulheres cristãs, comissões sindicais, grupos de mulheres em partidos políticos de esquerda, dentre outros. E, para além, daqueles exclusivamente de mulheres, “en los últimos 15 años, han surgido nuevos movimientos cuyas bases de apoyo y activistas son casi exclusivamente mujeres: la lucha urbana y la lucha por la libertad de presos y desaparecidos políticos”. Neste mesmo sentido, “el desarrollo de luchas sindicales y campesinas también ha involucrado a muchas mujeres. En los sectores en los que se concentran mujeres trabajadoras, miles han tomado las calles por primera vez”.

Nesta recomposição, o texto destaca como seu sintoma a ocorrência de Encontros feministas de fôlego na região, desde os anos 1980.

A Resolução destaca as dificuldades ainda mais agudas de organização política das mulheres trabalhadoras nestes países, especialmente porque sua incorporação se dá, em especial, nos serviços, nas indústrias “femininas” e no setor informal, setores mais difíceis de se organizar coletivamente. Isso sem falar no sexismo que ainda prepondera nas organizações sindicais e na maior complexidade em conciliar a dupla jornada e o cuidado com filhos e familiares.

Por tudo isso, enquanto diretriz organizativa, o documento da IV conclui que:

Para construir este movimiento hoy, hay que partir de las condiciones, las formas de organización y las demandas que las mujeres sienten como suyas, sean éstas de género o no. La autoorganización de las mujeres por sector social en torno a sus demandas más sentidas forma parte esencial del fortalecimiento de las mujeres social, colectiva y, por lo tanto, individualmente, creando mejores posibilidades para – aún cuando no llevando automáticamente a – su concientización en torno a la opresión de género

Diante da pluralidade de pautas, é preciso que se busque convergir lutas, buscando “establecer un sistema de demandas que pueda hacerlas avanzar hacia la conformación de un movimiento político cada vez más delineado como tal”.

Quanto aos riscos de cooptação estatal, reducionismo das pautas, clientelismo e assistencialismo, o documento reforça a importância de se garantir democracia interna dos movimentos e da necessidade de apurar internamente a compreensão das diferenças entre as pautas políticas do movimento e a necessidade de implementação de políticas públicas especializadas por porte do Estado, no movimento de “distinguir entre servicios que el Estado tiene la obligación de proveer, con el máximo de control por parte de las usuarias, y que aceptemos o promovamos que el Estado organice a las mujeres (...). Si exigimos un programa de salud para la maternidad, por ejemplo, y se logra, no

podemos simplemente dejar en manos del Estado su diseño, desarrollo y ejecución, pero tampoco el movimiento puede responsabilizarse completamente de ello. El criterio que podemos adoptar es el de propuestas y vigilancia de los programas, mas no asumir su funcionamiento”.

Por fim, as demais diretrizes compõem aquelas elencadas ao final do item anterior, permeando a centralidade da efetivação de políticas de ação afirmativa e de ruptura radical com práticas patriarcais nas fileiras dos partidos revolucionários compostos pela IV em todos os lugares.

7. Considerações finais - E hoje? A classe trabalhadora será feminista ou seu projeto de libertação não será!

No pouco espaço que nos cabe, destacamos que estes documentos possuem importância histórica como abre-alas da radicalização e centralidade das pautas feministas no Século XXI, a serem tomadas com seriedade pelo movimento da classe trabalhadora, para que este possa ir, verdadeiramente, às suas últimas consequências.

Os anos 2000 e as décadas que seguem apontaram para um desenho marcante de uma crise da ordem do capital de outra qualidade, podendo ser enquadrada como um crise estrutural do capital, ou, como outros preferem denominar, uma crise civilizatória, conjugando a crise econômica em grau estratosférico da etapa de financierização do capital com as crises ecológicas, do mundo do trabalho e das instituições tradicionais, com destaque aqui à família.

O papel dos grupos oprimidos, em especial os atinentes às relações de gênero, raça e sexualidade, é cada vez mais central, sendo suas demandas calcanhar de aquiles de um sistema que precisa da intensificação de instrumentos de criação de desigualdades entre pessoas e instrumentos institucionais de violência direta para garantir possibilidades de acumulação, reprodução e expansão do sistema. Assim, com as transformações das relações de produção, tais grupo e suas bandeiras são capazes de chacoalhar politicamente e protagonizar reações sociais.

As mulheres estão protagonizando processos de resistência em todos os cantos do mundo. Em 2016, a resistência histórica das polonesas pelo direito ao aborto. Em Março de 2018, a greve feminista das espanholas por 24 horas. Na Argentina, após o assassinato de Lucía Perez, o movimento Ni una menos, a reverberar e se multiplicar internacionalmente, especialmente na região da América do Sul. No Brasil, do “Fora Cunha” ao “Ele não”. O significado político transnacional do 08 de Março, voltando a adquirir um caráter radicalizado e de solidariedade internacional.

A diretriz da IV Internacional durante o século XX de não conceber como acessória a luta das mulheres se converte, no século XXI, no “feminismo dos 99%” enquanto pauta política internacional, que deve ser, necessariamente, anti-capitalista, decolonial, anti-racista, ecossocialista, reconfigurando as noções de greve e trabalho e unindo as pautas da produção e reprodução social, superando a falsa dicotomias entre pautas identitárias e as políticas da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

- ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- _____. *Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos*. In: **Cadernos Cemarx**, n.10, 2017, pp.39-60.
- _____. *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. In: **Revista Outubro**, n.23, 1º semestre de 2015, pp.33-58.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GOLDMAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. Tradução de Natália Angyalossy Alfonso. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1. Junho de 2014.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. Tradução de Aristides Lobo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001. MARX, Karl. *Crítica à filosofia do direito de Hegel [1843]*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KERGOAT, Daniele. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. *Revista Novos Estudos* 86. Publica em Março de 2010.
- STUTCHKA, Piotr. *Direito de Classe e Revolução Socialista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001.

Documentos analisados da IV Internacional:

- Resolución del 11º Congreso de la IV Internacional (1979), La revolución Socialista y la lucha por la liberación de la mujer. In: <http://archive.4edu.info/Youth_2007/CSY_5.1_FI_Women_1979.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.
- Resolución 1988. “Acción afirmativa” y construcción del partido entre las mujeres. In: <<http://www.4edu.info/images/f/fa/4-ES-3.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.
- Resolución 1991. Situación y dinámica del movimiento de masas y de las corrientes feministas en America Latina. In: <https://4edu.info/index.php/SITUACION_Y_DINAMICA_DEL_MOVIMIENTO_DE_MASAS_Y_DE_LAS_CORRIENTES_FEMINISTAS_en_America_Latina>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.
- Resolução Socialismo ou Barbárie às portas do Século XXI – Manifesto Programático da IV Internacional, 1991. In: <<http://www.insurgencia.org/iv-internacional/socialismo-ou-barbarie-as-portas-do-seculo-xxi/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.
- A necessidade de uma Organização Internacional Revolucionária, de Ernest Mandel e John Ross. In: <<http://www.insurgencia.org/iv-internacional/a->